

## **ANEXO IV –PATRIMÓNIO**

---



## Anexo IV.1 Ocorrências identificadas na pesquisa documental



| N.º de Referência<br>Topónimo<br>Tipologia<br>Cronologia<br>Categoria   | Estatuto (legal)<br>Valor Cultural<br>CMP Folha N.º<br>Fonte de Informação<br>Localização  | Caracterização  |
|---|--|---|
| <b>1</b><br><br>Grutas da Quinta do Anjo (ou Grutas do Casal do Pardo ou Covas da Moura).<br><br>Grutas Artificiais.<br><br>Neolítico Final e Calcolítico.<br><br>Arqueológico. | MN, Dec. n.º 23 740, DG n.º 79, de 05-04-1934 (com ZEP).<br><br>Elevado.<br><br>454.<br><br>IGESPAR, CNS 860; IGESPAR imóveis classificados; DGEMN; CMP; PDM; Câmara Municipal de Palmela, ICPC; AML (2002).<br><br>Na AI do PP. | <p><i>"Quatro grutas artificiais utilizadas como necrópole entre o Neolítico final e o Calcolítico final. A planta dos dois monumentos melhor conservados apresenta câmara funerária circular, abobadada, com pequena abertura no topo, ante-câmara ovalada e corredor rectilíneo. O seu primeiro estudo foi elaborado por Carlos Ribeiro, em 1876, e mais tarde por Marques da Costa, em 1907."</i> (Endovélico).</p> <p>Prospecções Geofísicas em 2008: <i>"Os resultados obtidos indiciam a possibilidade de existência de vestígios antrópicos na área analisada que poderão corresponder a pelo menos duas novas grutas artificiais desconhecidas (Anomalias A e B), se bem que uma das áreas indicadas não seja suficientemente clara (A), a outra anomalia detectada (B) é claramente de origem antrópica, definindo uma planta circular, similar às estruturas conhecidas no local."</i> (IGESPAR)</p>  |
| <b>2</b><br><br>Casal do Pardo.<br><br>Indeterminado.<br><br>Indeterminado.<br><br>Arqueológico.  | PDM.<br><br>Indeterminado.<br><br>454.<br><br>PDM, 1997, N.º 6.<br><br>Na AI do PP.  | <p>Não possui descrição, encontrando-se apenas identificado como património histórico-arqueológico com valor reconhecido. Segundo informação da Dra. Michelle Teixeira Santos, Arqueóloga da Câmara Municipal de Palmela, esta localização deverá corresponder a uma duplicação da Ocorrência 1 - Grutas da Quinta do Anjo, devido a esta possuir diversas designações, o que terá gerado uma confusão e originado a introdução de uma ocorrência inexistente com a designação "Casal do Pardo. A arqueóloga efectuou uma pesquisa não tendo encontrado referências a vestígios arqueológicos neste local.</p>  |
| <b>3</b><br><br>Grutas da Quinta do Anjo 2.<br><br>Área com potencial arqueológico.<br><br>Pré-História Recente.<br><br>Arqueológico.   | Abrangida por ZEP da Oc. 1 no extremo NE.<br><br>Indeterminado.<br><br>454.<br><br>Dra. Michelle Teixeira dos Santos (via oral).<br><br>Na AI do PP.   | <p>Mancha alongada de sentido SO-NE correspondente ao afloramento de calcoarenito onde se encontram integradas as Grutas Artificiais da Quinta do Anjo. Toda a área possui um elevado potencial arqueológico dadas as características do maciço. A visibilidade do solo é reduzida a nula devido à construção existente e à densidade do coberto vegetal. Todavia, as entradas das grutas conhecidas encontravam-se ocultas até finais do século XIX tendo sido descobertas devido à extracção de rocha, pelo que poderão existir ao longo do maciço outras grutas que ainda se encontram seladas, inclusive sob os edifícios existentes. A necrópole poderá ser muito mais extensa do que o conhecido, não só pelo explicitado mas também devido ao conhecimento de pelo menos 3 povoados da mesma época e outros vestígios arqueológicos da Idade do Bronze e da Idade do Ferro ao longo da Serra do Louro, que se localiza a Sul, devendo estes espaços de vivência corresponder aos ocupados pelas populações que utilizaram a necrópole (Oc. 1).</p> |

| N.º de Referência<br>Topónimo<br>Tipologia<br>Cronologia<br>Categoria  | Estatuto (legal)<br>Valor Cultural<br>CMP Folha N.º<br>Fonte de Informação<br>Localização   | Caracterização  |
|--|---|---|
| <b>4</b><br><br>Fonte dos Bacelos.<br><br>Fonte.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico;<br>Etnológico.               | ICPC.<br><br>Indeterminado.<br><br>454.<br><br>Câmara Municipal de Palmela, ICPC; PRATA, 2007, Arquitectura da Água.<br><br>Na AI do PP.  | <i>"Da antiga construção apenas se conserva a bacia receptora da água. O depósito foi destruído e a bica substituída por uma torneira. Segundo informação recolhida será uma das fontes mais antigas desta freguesia."</i> (PRATA, 2007, p. 9)  |
| <b>5</b><br><br>Sociedade de Instrução Musical.<br><br>Edifício.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico.              | Não tem.<br><br>Médio.<br><br>454.<br><br>SERRÃO & MECO (2007); AML (2002).<br><br>Na AI do PP.   | <i>"O edifício da sede da sociedade, na Rua João de Deus, quase defronte da igreja matriz, remonta a 1938, quando houve finalmente meios financeiros para dar corpo a essa velha aspiração bairrista. Em 1945, a sociedade passaria a contar com uma cabina de projecção de filmes. Nota de maior interesse artístico é dada pela sala de espectáculos, muito arruinada, onde o tecto de madeira tem ao centro um medalhão moldurado por obra de massa e ao centro a pintura com o Hino da Sociedade, minuciosamente transcrito de uma pauta representada sob a bandeira da mesma e a indicação "S.I.M. FUNDADA EM 1921". Mais interessantes são as duas pinturas parietais que ladeiam o palco, com representação a óleo de vasos de flores e aves e, na parte inferior, imitações de azulejo com temas agrícolas, de bom desenho."</i> (SERRÃO & MECO, 2007, p. 371-372)  |
| <b>7</b><br><br>Fonte do Bebedouro.<br><br>Fonte.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico;<br>Etnológico.              | ICPC.<br><br>Indeterminado.<br><br>454.<br><br>Câmara Municipal de Palmela, ICPC; PRATA (2007).<br><br>Na ZE do PP.   | <i>"De construção simples em alvenaria e pedra destinava-se a abastecer água para os animais. Na Rua João de Deus encontramos uma bica já desactivada e uma bacia receptora; na Rua Jorge de Lancastre, duas bicas, actualmente substituídas por torneiras e um tanque receptor. Numa tabela em mármore encontra-se a seguinte inscrição: Esta obra foi restaurada pela Câmara Municipal de Palmela em Agosto de 1950 e participada pelo Estado Novo Melhoramentos Ruraes."</i> (PRATA, 2007, p. 10)  |
| <b>8</b><br><br>Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Redenção.<br><br>Igreja.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico. | ICPC.<br><br>Médio.<br><br>351.<br><br>CMP; <a href="http://www.cm-palmela.pt">www.cm-palmela.pt</a> ; Câmara Municipal de Palmela, ICPC; SERRÃO & MECO (2007); AML (2002).<br><br>Na ZE do PP. | <i>"Foi erguida em 1908 e terminada no ano seguinte. O seu prospecto mostra fábrica avantajada, mas insípida, coerente com a decadência que a arquitectura religiosa atingiu neste período. O templo foi construído em plano elevado, num terreno anexo ao antigo edifício da escola primária, já existente, por cedência graciosa da sua proprietária, D. Júlia da Conceição Baptista. Muito severo, o exterior do templo mostra influências da arquitectura neoclássica, no desenho modesto das portas e janelas, associados a uma volumetria quase popular, contrastando com a expressão igualmente depurada mas mais genuína do edifício da escola adjacente. Nas costas da capela-mor, levanta-se uma esguia e desproporcionada torre sineira, coberta por um coruchéu aguçado e revestida de obra de massa de gosto rococó, que contrasta com a depuração que domina o restante exterior."</i> (SERRÃO & MECO, 2007, p. 366-367). |
| <b>9</b>   | ICPC.   | <i>"Constituída por quatorze tanques em alvenaria e pedra. Apresenta o depósito que abastecia este local e uma inscrição</i>  |



| <b>N.º de Referência</b><br><b>Topónimo</b><br><b>Tipologia</b><br><b>Cronologia</b><br><b>Categoria</b>                  | <b>Estatuto (legal)</b><br><b>Valor Cultural</b><br><b>CMP Folha N.º</b><br><b>Fonte de Informação</b><br><b>Localização</b> | <b>Caracterização</b>   |
|---|--|---|
| Lavadouro /<br>Tanquinhos.<br><br>Tanque.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico.                                    | Médio-Baixo.<br>454.<br><br>Câmara Municipal de<br>Palmela, ICPC; PRATA<br>(2007).<br><br>Na ZE do PP.                       | <i>com a seguinte informação: C.M. Palmela Obra<br/>Comparticipada pelo Estado Novo Melhoramentos Ruraes. No<br/>ano dos Centenários 7,7,1940." (PRATA, 2007, p. 10)</i>  |
| <b>10</b><br><br>Chafariz Quinta do<br>Anjo.<br><br>Chafariz.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico;<br>Etnológico. | ICPC.<br><br>Médio-Baixo.<br>454.<br><br>Câmara Municipal de<br>Palmela, ICPC.<br><br>Na ZE do PP.                           | A fonte consultada não fornece descrição da ocorrência,<br>apenas refere ser uma construção dos anos 40.  |
| <b>11</b><br><br>Adega Domingos<br>Simões.<br><br>Edifício.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico.                  | ICPC.<br><br>Médio-Baixo.<br>454.<br><br>Câmara Municipal de<br>Palmela, ICPC.<br><br>Na ZE do PP.                           | A fonte consultada não fornece descrição da ocorrência,<br>apenas refere ser uma construção dos anos 30.  |
| <b>12</b><br><br>Adega Horácio Simões.<br><br>Edifício.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico.                      | ICPC.<br><br>Médio-Baixo.<br>454.<br><br>Câmara Municipal de<br>Palmela, ICPC.<br><br>Na ZE do PP.                           | A fonte consultada não fornece descrição da ocorrência,<br>apenas refere ser uma construção dos anos 30.  |
| <b>13</b><br><br>Adega Venâncio da<br>Costa Lima.<br><br>Edifício.<br><br>Contemporâneo.<br><br>Arquitectónico.           | ICPC.<br><br>Médio-Baixo.<br>454.<br><br>Câmara Municipal de<br>Palmela, ICPC; SERRÃO<br>& MECO (2007).<br><br>Na ZE do PP.  | "Os corpos laterais da casa mostram remates delimitados por<br>estátuas de faiança e preenchimento de frisos de azulejos que<br>no centro formam pequenos frontões curvos, legendados,<br>respectivamente, Armazém de Vinhos e Venâncio da Costa<br>Lima, envolvidos por motivos de vinha pintados a azul e<br>branco, numa espécie de combinação de gosto Arte Nova<br>com o revivalismo de Novecentos." (SERRÃO & MECO, 2007,<br>p. 373-374). |
| <b>14</b><br><br>Chafariz da Casa do<br>Povo.<br><br>Chafariz.<br><br>Contemporâneo.                                      | ICPC.<br><br>Médio-Baixo.<br>454.<br><br>Câmara Municipal de<br>Palmela, ICPC.<br><br>Na ZE do PP.                           | A fonte consultada não fornece descrição da ocorrência,<br>apenas refere ser uma construção dos anos 40.  |

| N.º de Referência<br>Topónimo<br>Tipologia<br>Cronologia<br>Categoria   | Estatuto (legal)<br>Valor Cultural<br>CMP Folha N.º<br>Fonte de Informação<br>Localização                                   | Caracterização   |
|---|---|--|
| Arquitectónico;<br>Etnológico.  |   |  |
| <b>15</b><br><br>Moinho da Quinta da Fonte do Anjo.<br><br>Moinho de Vento.<br><br>Indeterminado.<br><br>Arquitectónico;<br>Etnológico.           | Não tem.<br><br>Indeterminado.<br><br>454.<br><br>CMP.<br><br>Na ZE do PP.  | A fonte consultada não fornece descrição da ocorrência. Segundo informação cedida pela Dra. Michelle Teixeira Santos, Arqueóloga da Câmara Municipal de Palmela, não existe, nem há conhecimento que tenha existido, um moinho de vento nesta localização mas sim uma mina de água, podendo tratar-se de um erro no pictograma utilizado aquando da execução da carta militar.   |
| <b>16</b><br><br>Solar do Morgado e Quinta da Fonte do Anjo / Quinta dos Franceses.<br><br>Quinta e Solar.<br><br>Moderno.<br><br>Arquitectónico. | ICPC.<br><br>Médio-Elevado.<br><br>454.<br><br>Câmara Municipal de Palmela, ICPC; SERRÃO & MECO (2007).<br><br>Na ZE do PP. | <i>"Apesar de muito alterada por sucessivas campanhas de obras e adições ao longo dos séculos e com maior intensidade nos finais dos anos 50 do século XX com a primeira grande urbanização da zona, as propriedades integradas na Quinta da Fonte do Anjo oferecem hoje uma residência moderna que substitui a primitiva casa solarenga, à qual está anexa uma preciosa capela privada, de invocação da Senhora da Redenção. A propriedade é, todavia, muito mais antiga do que uma observação apressada poderia sugerir: trata-se de propriedade com origem quinhentista e que preserva ainda um património importante, entre o qual merece especial destaque a antiga Fonte, há muito conhecida como "do Anjo", da qual deriva o nome da localidade, sendo também o orago da capela da Quinta, Nossa Senhora da Redenção, o que foi adoptado pela paróquia local. A vivência conhecida do Morgado da Fonte do Anjo estendeu-se desde 1558 até 1863, ou seja, por espaço de mais de 300 anos."</i> (SERRÃO & MECO, 2007, p. 375-376) |
| <b>17</b><br><br>Fonte do Anjo.<br><br>Fonte.<br><br>Moderno.<br><br>Arquitectónico;<br>Etnológico.   | ICPC.<br><br>Médio.<br><br>454.<br><br>Câmara Municipal de Palmela, ICPC; PRATA (2007).<br><br>Na ZE do PP.                 | <i>"Construção bastante ornamentada. Apresenta pinturas a fresco com motivos vegetalistas, seis nichos e uma bacia receptora em pedra. A água brota da boca de um dragão, esculpido em pedra. Na mesma escultura encontra-se, pisando o dragão, uma figura masculina, já bastante destruída e que, segundo António Matos Fortuna representa o anjo S. Miguel." Apresenta uma inscrição em latim datada de 1586.</i> (PRATA, 2007, p. 9)  |



## Anexo IV.2. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo



| Situação de Referência do Descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnológico |           |                          |  |                               |                            |   |   |  |
|---|-----------|--------------------------|--|-------------------------------|----------------------------|---|---|--|
| N.º Oc.   | Loc. Pro. | Concelho / Freguesia     | Designação   | Cronologia                    | Tipologia / Categoria      | Valor Cult.   | Classificação - Proteção  | Fontes de Informação   |
| 1   | AI        | Palmela / Quinta do Anjo | Grutas da Quinta do Anjo (ou Grutas do Casal do Pardo ou Covas da Moura) | Neolítico Final e Calcolítico | Gruta Artificial (Hipogeu) | 5   | Monumento Nacional, Dec. n.º 23 740, DG n.º 79, de 05-04-1934 (com Zona Especial de Proteção) | IGESPAR, CNS 860; IGESPAR imóveis classificados; DGE/MN; CMP; PDM; Câmara Municipal de Palmela, ICPC; AML (2002) |
|   |           |                          |  |                               |                            | <p>As grutas encontram-se com lixo no interior sendo visível vestígios de fogueiras no interior da câmara.</p> <p>Gruta A: 0505442 – 4268622, a melhor preservada possuindo um corredor orientado a Norte. Localiza-se no topo do afloramento.</p>  <p>Gruta B: 0505460 – 4268642, o corredor foi cortado (pelo atual caminho?) mantendo-se preservada a antecâmara e a câmara, a mais a NE do conjunto.</p>  <p>Gruta C: 0505440 – 4268618, muito destruída possuindo apenas parte da câmara, sendo provável que o corredor se</p> |   |  |




| Situação de Referência do Descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnológico |           |                          |                |               |                       |             |                          |                      |   |
|---|-----------|--------------------------|----------------|---------------|-----------------------|-------------|--------------------------|----------------------|---|
| N.º Oc.   | Loc. Pro. | Concelho / Freguesia     | Designação     | Cronologia    | Tipologia / Categoria | Valor Cult. | Classificação - Proteção | Fontes de Informação | Descrição Observações   |
|   |           |                          |                |               |                       |             |                          |                      | <p>orientasse para Sul. Situa-se junto do caminho atual.</p>  <p>27</p> <p>Grua D: 0505418 – 4268585, a mais destruída do conjunto, apenas se encontra preservada metade da câmara, parecendo que corredor se encontraria orientado a Sul, encontra-se junto do caminho atual e é a mais SO do conjunto. Sobre esta existem grandes catos e uma construção sendo provável que o peso desta ocupação do solo venha a originar o desmoronamento parcial da área preservada.</p>  <p>28</p> |
| 2   | AI        | Palmela / Quinta do Anjo | Casal do Pardo | Indeterminado | Indeterminado         | Ind.        | PDM                      | PDM, 1997, N.º 6     | <p>O ponto localiza-se numa área constituída por um mosaico de variadas propriedades vedadas e inacessíveis, não tendo sido possível prospektar os terrenos, pelo que se mantém a dúvida quanto à existência de vestígios de superfície ou se será um erro que originou a duplicação da localização da Oc. 1.</p>   |







| Situação de Referência do Descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnológico |           |                          |                            |                      |                                 |             |  |  |   |
|---|-----------|--------------------------|----------------------------|----------------------|---------------------------------|-------------|--|--|---|
| N.º Oc.   | Loc. Pro. | Concelho / Freguesia     | Designação                 | Cronologia           | Tipologia / Categoria           | Valor Cult. | Classificação - Proteção                 | Fontes de Informação   | Descrição Observações   |
| 3   | AI        | Palmela / Quinta do Anjo | Grutas da Quinta do Anjo 2 | Pré-História Recente | Área com potencial arqueológico | 2           | Abrangido por ZEP da Oc. 1 no extremo NE | Dra. Michelle Teixeira dos Santos                                    | Confirma-se um longo afloramento atravessando toda a aldeia no sentido SO-NE, sendo visível sob algumas casas e muros o seu reaproveitamento como base para a edificação. <div>29<div>30</div></div> |
| 4   | AI        | Palmela / Quinta do Anjo | Fonte dos Bancelos         | Contemporâneo        | Fonte                           | 2           | ICPC                                     | Câmara Municipal de Palmela, ICPC; PRATA, 2007, Arquitectura da Água | Não se identificou a referida fonte e os habitantes locais que foram questionados não souberam confirmar. Aparelamente trata-se de uma fonte que se encontra dentro de um pátio privado, fechado por portão.  |

| Situação de Referência do Descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnológico |           |                          |                                |               |                       |             |                          |  |   |
|---|-----------|--------------------------|--------------------------------|---------------|-----------------------|-------------|--------------------------|--|---|
| N.º Oc.   | Loc. Pro. | Concelho / Freguesia     | Designação                     | Cronologia    | Tipologia / Categoria | Valor Cult. | Classificação - Proteção | Fontes de Informação   | Descrição Observações   |
|   |           |                          |                                |               |                       |             |                          |  |  <p>31</p>   |
| 5   | AI        | Palmela / Quinta do Anjo | Sociedade de Instrução Musical | Contemporâneo | Edifício              | 3           | Inexistente              | SERRÃO & MECO, 2007, Palmela Histórico-Artística; AML (2002) | Edifício em bom estado de conservação, destacando-se na fachada principal a porta central em ferro.   |
|   |           |                          |                                |               |                       |             |                          |  |  <p>32</p>   |
| 6   | AI        | Palmela / Quinta do Anjo | Padaria da Aldeia de Baceiros  | Contemporâneo | Edifício com Chaminé  | 2           | Inexistente              | Não identificada   | Edifício com o número 82 a Sul da S.I.M. (oc. 5). Edifício, em avançado estado de ruína, de planta retangular, em alvenaria de pedra e argamassa com alguma cerâmica. O telhado em telha de meia cana encontra-se abatido e o interior do edifício coberto com vegetação. No canto Sul possui uma chaminé industrial, circular, em tijolo burro. Segundo informação oral trata-se de uma antiga padaria que terá fechado há cerca de 35-40anos. |

| Situação de Referência do Descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnológico |           |                      |            |            |                       |             |                          |                      |   |
|---|-----------|----------------------|------------|------------|-----------------------|-------------|--------------------------|----------------------|---|
| N.º Oc.   | Loc. Pro. | Concelho / Freguesia | Designação | Cronologia | Tipologia / Categoria | Valor Cult. | Classificação - Proteção | Fontes de Informação | Descrição Observações   |
|   |           |                      |            |            |                       |             |                          |                      |  |
|   |           |                      |            |            |                       |             |                          |                      | 08  |

*(Página intencionalmente deixada em branco)*

### Anexo IV.3. Zonamento da prospeção arqueológica

| Zona | VE/A     | Caracterização e registo fotográfico  |
|------|----------|---|
| A    | M<br>a N | <p>Área de baldio com coberto herbáceo seco e muito denso. Árvores dispersas (oliveiras e sobreiros). Ao longo da linha de água existem algumas oliveiras centenárias(?) com interesse como património natural.</p>  <p>33</p>   |
| B    | E<br>M   | <p>Campo com restolho seco.</p>  <p>34</p>  |
| C    | M<br>M   | <p>Área urbana muito compartimentada, com pequenas propriedades vedadas e inacessíveis, com casario e barracões possuindo pequenos terrenos ajardinadas, hortas e baldios. Nos baldios percorridos observa-se grande dispersão de lixo e entulhos impedindo a identificação de materiais arqueológicos à superfície.</p>  <p>35</p>  <p>36</p> |
| D    | E<br>M   | <p>Área com árvores de fruto (maioritariamente nogueiras) e solo com coberto herbáceo baixo e disperso.</p>   |

| Zona | VE<br>/A | Caracterização e registo fotográfico  |
|------|----------|---|
|      |          |  <div data-bbox="853 611 879 633">37</div> |

#### **Zona.**

Identificação e delimitação de áreas sequenciais, em termos de ocupação atual e/ou visibilidade, com dimensão significativa à escala cartográfica utilizada.

#### **Parâmetros.**

**VE** = visibilidade para deteção de estruturas, acima do solo (elementos imóveis); **VA** = visibilidade para deteção de artefactos, ao nível do solo (elementos móveis).

#### **Graus de visibilidade.**

**Elevado** = ausência de vegetação (arbórea, arbustiva e herbácea) devido a incêndio, desmatção ou lavra recente. Observa-se a totalidade (ou quase) da superfície do solo; **Médio** = a densidade da cobertura vegetal é mediana ou existem clareiras que permitem a observação de mais de 50% da superfície do solo; **Reduzido** = a densidade da vegetação impede a progressão e/ou a visualização de mais de 75% da superfície do solo; **Nulo** = zona artificializada, impermeabilizada ou oculta por se encontrar ocupada por construções, depósitos de materiais, pavimentos ou vegetação densa impedindo, desta forma, a progressão e a visualização do solo na totalidade da área considerada; **Div** = diversos graus de visibilidade.

#### **Caracterização.**

Descrição da ocupação e visibilidade do solo e registo fotográfico.



**Anexo IV.4. Ofício da DRCLVT**

DR - 525  
85.2.1(2)/90

**MIC**  
Ministério da Cultura

DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA**  
CORRESPONDÊNCIA

ENTRADA \_\_\_\_\_  
REGISTO 2009.7.3/90  
DESTINO DAU  
RECEBIDO \_\_\_\_\_  
O FUNCIONÁRIO \_\_\_\_\_

Exm<sup>a</sup> Senhora  
Dra. Ana Teresa Vicente  
Presidente da Câmara Municipal de  
Palmela  
Largo do Município  
2951 - 505 PALMELA

| Sua referência | Sua Data   | Nossa referência       | Nossa comunicação |
|----------------|------------|------------------------|-------------------|
| FAX            | 10.07.2009 | 2006/15-08/596/POP/158 | 04-08-2009 2507   |

**ASSUNTO:** Proposta Preliminar do Plano de Pormenor dos Bacelos, Quinta do Anjo, em Palmela  
REQ: Câmara Municipal de Palmela

Com referência ao assunto em título, e para os devidos efeitos, somos a informar V. Ex<sup>a</sup> que, na sequência da apreciação do pedido, foram exarados no respectivo processo os despachos de 2009.07.27 do signatário, e de 2009.07.29 da Senhora Subdirectora do IGESPAR, I.P., constantes das informações nºs 2346/DRCLVT/2009 e 2346A/2009, cujas cópias se anexam ao presente ofício.

Com os melhores cumprimentos, *também por 1100m*

O Director Regional de Cultura

*[Assinatura]*  
Prof. Doutor Luís Marques

Anq. no fmo 85.2.1(2)/90  
28/12/09

/EC

Av. de Berna, 13 - 4º 1050-036 Lisboa [geral@drclvt.mec.gov.pt](mailto:geral@drclvt.mec.gov.pt) Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 75 63



09 11:16 DE: CMP-DAU 351212336663 P.:0212336641 P:2/12

**MC**  
Ministério da Cultura

**DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO**

*Assinar*  
*em papel*  
*29205*

**Assunto:** Proposta Preliminar do Plano de Pormenor dos Baceiros, Quinta do Anjo, Palmela

**CONCELHO:** Palmela

**REQUERENTE:** Câmara Municipal de Palmela

**N.º PROCESSO:** 2006/15-08/596/PPO/158 **C.S.** 88149 **DATA:** 2008.Julho.24

**INFORMAÇÃO N.º 2346/DRCLVT/2009**

**SERVIDÃO ADMINISTRATIVA:** Grutas da Quinta do Anjo, Monumento Nacional, Decreto 23740, D.G. n.º 79 de 06-4-1934, e respectiva Zona de Protecção

**DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DE LISBOA E VALE DO TEJO**

**D. S. DOS BENS CULTURAIS**

*Subscrevo a aprovação nos termos do parecer  
e tendo ainda em atenção as condicionantes  
arqueológicas expressas no parecer nº  
2346/2009. MM 27.1.09*

*por deleg. com poderes despacho nº 27766/MB  
de 29 outubro*

Av. de Berna, 13 - 4º 1050-036 Lisboa geral@drclvt.mtc.gov.pt Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 75 63



Proc.º 2006/16-06/898/PP0/168 C.S. 66149 Informação N.º 2348/DRCLVT/2009 p. 2

## 1. ASSUNTO / SERVIÇÃO ADMINISTRATIVA

Proposta Preliminar do Plano de Pormenor dos Bacos, incluindo-se na sua área de intervenção as Grutas da Quinta do Anjo, classificadas como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 23 740, publicada em D.G. n.º 79, de 06-04-1934, e respectiva Zona de Protecção.

## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Esta apreciação / parecer fundamenta-se:

- Na Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, nomeadamente:
  - os Artigos 41.º, 43.º, 45.º e 51.º; e na alínea c) do Artigo 85º que se refere à vinculatividade dos pareceres;
  - os Artigos 76º a 79º, e nas alíneas g) e s) do n.º 4 do Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 98/2007 de 29 de Março conjugadas com a alínea d) do n.º 3 do Artigo 2º do Decreto Regulamentar n.º 34/2007 de 29 de Março, que se referem a património arqueológico.
- Nas atribuições e competências do IGESPAR e da DRCLVT, consignadas no Decreto-Lei n.º 66/2007, de 29 de Março e Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, respectivamente.
- No Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro.

## 3. ANTECEDENTES

3.1. Relativamente aos antecedentes do local destacam-se, designadamente:

- a) A apresentação do Plano Geral de Urbanização de Cabanas – Quinta do Anjo, em Março de 1987, que mereceu aprovação conforme parecer de 21-05-1987, homologado em 11-06-1987, condicionada à revisão das peças escritas e desenhadas que digam respeito aos aspectos relevados no parecer 34/87 do Serviço Regional de Arqueologia do Sul de 27 de Abril de 1987;
- b) Protocolo CMP/IPPAR celebrado em 28-02-2001, no âmbito da salvaguarda e valorização da Necrópole Calcolítica da Quinta do Anjo;
- c) A apresentação de Plano de Urbanização da Quinta do Anjo – 3.ª Fase, objecto da Informação n.º DRI/304/2003 com Despacho de 27-02-2003, no sentido da revisão da proposta de plano dando satisfação aos pareceres emitidos pelo IPPAR sobre o assunto.

3.2. Entre os antecedentes do presente processo, destacam-se:

- a) Reunião técnica em 22-11-2007, na qual foram apresentados os objectivos e a proposta do Plano de Pormenor dos Bacos (PPB) com maior relevo para as imediações do M.N. A DRCLVT mostrou concordância nos pressupostos do plano, alertando, contudo, para as fortes condicionantes arqueológicas que se impõem em qualquer intervenção a nível do subsolo. A par destas questões abordaram-se também, a urgência na validação da ZEP e a correcta delimitação do M.N. nas peças do plano.



2009 11:16 DE: CMP-DHU 351212336663 P: 0012336641 P: 4/12

**MIC**  
Ministério da Cultura  
**DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO**

Proc.º 2008/15-06/599/PP0/158 C.S. 89148 Informação N.º 2346/DRCLVT/2008 P. 3

b) Reunião técnica em 11-07-2008, na qual foram aprofundadas as questões já anteriormente levantadas, tendo sido referido, relativamente ao PPB «a necessidade de maior definição ao nível do tipo de construção – aspectos construtivos, estruturais, imagem – a considerar na proximidade do Monumento Nacional, dada a necessidade de salvaguardar o seu natural enquadramento do ponto de vista paisagístico, e tendo em conta os fortes condicionamentos arqueológicos», destacando-se ainda a «situação demasiado próxima de nova construção nas imediações (poente) das Grutas.» (Memorando n.º 2578/DRCLVT/2008);

c) Visita ao local em 29-07-2008, para uma melhor percepção dos princípios de intervenção defendidos no PPB, confirmando-se algumas das questões anteriormente abordadas relativamente à sensibilidade do território, tendo sido determinada a necessidade de realização de prospeções geofísicas no local;

d) Reunião técnica em 01-07-2009, na qual as representantes da CMP, alertaram para a necessidade urgente do parecer técnico sobre o PPB e da prossecução da tramitação do processo da ZEP, justificados pela necessidade do prosseguimento das medidas preventivas a caducar brevemente, evitando que a gestão daquele território fique apenas dependente do regulamento do PDM.

**4. LOCAL**  
Conforme se refere no Relatório (pag.4), «A proposta preliminar do Plano de Pormenor incide sobre o aglomerado dos Baceiros, na vila de Quinta do Anjo (...) abrangendo uma área de 10,14 hectares, no limite sul daquela sidade», inserindo-se na sua totalidade no Parque Natural da Arrábida. É igualmente referido que «De acordo com a Planta de Ordenamento do PDM, a Área de Intervenção do PPB é abrangida por três classes de espaço – Espaço Urbano<sup>1</sup>, Espaço Urbanizável e Espaço Natural e Cultural» (Relatório, pag.8).

**5. ANÁLISE**  
5.1 O Plano de Pormenor dos Baceiros (PPB) tem como objectivo em linhas gerais a criação de meios de valorização do potencial patrimonial e ambiental do local, qualificando ao mesmo tempo a vivência dos habitantes da Aldeia de Baceiros.  
5.2. «O PPB propõe mecanismos de estruturação urbana que reflectem o carácter híbrido da sua área de intervenção, procurando responder, em simultâneo, a situações urbanas que se apresentam com elevado grau de consolidação e densificação, a situações ainda caracterizadas por amplos espaços abertos – não edificados, mas sujeitos a pressões de transformação significativas, e ainda a situações de transição e integração no espaço rural, sob jurisdição directa do Parque Natural da Arrábida.» (Relatório, pag.23).

<sup>1</sup> «Tecido Urbano Consolidado – H2c».

Av. de Berna, 13 – 4º 1050-036 Lisboa geral@dreclv.mtc.gov.pt Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 75 63

2



DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

Proc.º 2006/16-08/598/PPQ/158

C.S. 65149

Informação N.º 2348/DRCLVT/2009

P. 4

5.3. «A intervenção proposta procura reinterpretar o território à luz de temas urbanos e arquitectónicos que lhe são iminentes e estruturantes na sua organização e evolução histórica.» (Relatório, pág.21).

Destacam-se alguns aspectos gerais da proposta:

- a redistribuição das densidades edificatórias com vista a clarificar a distinção entre chajás e vazios;
- a possibilidade de, progressivamente, «reorganizar e densificar o edificado, libertando, em paralelo, áreas com dimensão mínima para utilização florestal ou como espaço público» (Relatório, pág.22);
- a ocupação em toda a profundidade das parcelas reintroduzindo «uma tipologia recorrente dos Bacos, em que as diversas casas sucedem-se, intercaladas com pequenos quintais, ao longo de uma "rua-pátio" definindo «uma estrutura de acessos exclusivamente pedonal, e de escala (...) associada ao "imaginário" da "aldeia".» (Relatório, pág. 22);
- utilização de algumas áreas libertadas «como bolsas de estacionamento, embora mantendo e/ou implementando um coberto arbóreo que as integre na estrutura verde do aglomerado.» (Relatório, pág.22);
- estabelecimento «de percursos e conexões relevantes do ponto de vista da exploração turística do importante património existente, mas também com especial atenção a sensibilidade à escala urbana do aglomerado, dos seus espaços públicos e das áreas envolventes.» (Relatório, pág.31);
- a procura de «uma expressão urbana e paisagística de interpretação entre o tecido urbano e o envolvente "verde", na qual se incluem os hipogaus e o respectivo afloramento rochoso, materializado e plasmado num "muro" de tijolo cerâmico pintado a tinta de cor branca – redefinindo os limites do Lugar.» (Relatório, pág.31).

5.4. Na envolvente mais próxima do Monumento Nacional, destaca-se:

- a intervenção procura a manutenção do «carácter despojado em torno do maciço rochoso onde foram esculpidas as necrópoles (...) privilegiando uma intervenção mínima ao nível da vegetação.» (Relatório, pág.42);
- «Ao nível do mobiliário e estruturas interpretativas, entendem-se como bastantes o Centro da Interpretação Arqueológica e Ambiental, e as áreas verdes redefinidas no âmbito da intervenção urbana.» (Relatório, pág.43);
- «A implantação do Centro articula-se directamente com o percurso privilegiado de acesso aos hipogaus, propondo-se como elemento de continuidade da estrutura pétrea do monumento arqueológico, ao mesmo tempo que configura o limite do espaço urbano e edificado do aglomerado, integrando-se no paramento de tijolo branco, do qual é o remate sul, tratando-se por isso de um edifício de chameira acomodado à topografia.» (Relatório, pág.43);
- a demolição de construções-paísagens e novas edificações e muro periférico junto ao extremo poente do Monumento Nacional.





DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

Proc.º 2008/15-CA/689/PPQ/158

C.S. 88149

Informação N.º 2346/DRLVT/2008

P. 6

### 8. APRECIACÃO

Reconhece-se a sensibilidade do plano quanto às preocupações de qualificação urbana e paisagística que a proposta apresenta, nomeadamente em acautelar a reposição do equilíbrio na relação entre o urbano e o rural, estabelecendo regras de ordenamento que defendam a preservação do enquadramento paisagístico envolvente das grutas, designadamente no que respeita à relação com a sua envolvente natural mais alargada.

Contudo relembram-se as condicionantes anteriormente transcritas:

- sendo primordial salvaguardar o natural enquadramento do Monumento Nacional, do ponto de vista paisagístico, e tendo em conta os fortes condicionamentos arqueológicos presentes, ser necessário acautelar uma maior definição ao nível do tipo de construção na sua proximidade (aspectos construtivos, estruturais, imagem), quer ao nível do Centro de Interpretação Ambiental e Arqueológica, quer na nova construção nas imediações (poente), relativamente à qual se relembram fortes reservas pela sua contiguidade com o monumento;
- prever nas peças do plano uma correcção da delimitação do Monumento Nacional (conforme planta enviada por fax n.º 5/2008 de 18-01-2008);
- prever nas peças do plano uma correcção da designação de delimitação a indicar como «Zona Especial de Protecção a implementar após publicação em portaria», em face da Zona de Protecção que constitui a área com serviço administrativo actualmente em vigor;
- salienta-se ainda que a ZEP a implementar incluirá uma zona *non aedificandi*, exterior ao monumento (a qual se encontra incorrectamente demarcada como monumento classificado nas peças do plano, incluindo a actual planta de condicionantes);
- compreendendo, do ponto de vista metodológico, a importância não travar o prosseguimento do plano, e atendendo aos factores de ordem económica que condicionam a intervenção prévia nas diversas áreas envolvidas, entre elas a da arqueologia, considera-se indispensável que, em sede da proposta do plano, sejam acautelados os diversos condicionamentos arqueológicos, na figura do regulamento.

### 7. CONCLUSÕES

Do exposto, considera-se genericamente viável a Proposta Preliminar Plano de Pormenor dos Bacelos, com as condicionantes expostas no ponto 6.

A consideração superior,

Patrícia Zimbarra, arquitecta

Fátima Jorge, arquitecta

Av. de Berna, 13 - 4.º 1050-026 Lisboa

geral@drclvt.mc.gov.pt

Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 75 63

11:17 DE: CNP-DAU 351212336663 P.:0212336641 P:7/12

**MIC**  
Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

**ASSUNTO:** Plano de Pormenor dos Bacelos. Parecer no âmbito da arqueologia.

**CONCELHO:** Palmela

**PROPONENTE:** Câmara Municipal de Palmela – Divisão de Património Cultural

**PROCESSO N.º:** 2008/15-08/596/PPO/158 - C.S. 68149 Data: 2008.07.13

**INFORMAÇÃO N.º:** 2346/DRCLVT/2009

**SERVIDÃO ADMINISTRATIVA:** MN, Decreto nº 23 740, DG 76, de 05.04.1934.

---

**DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DE LISBOA E VALE DO TEJO**

---

**D. S. BENS CULTURAIS**

*ver despacho na informação 2346/w09*

*M. Z. T. W. G.*

---

Av. da Bem, 13 - 4º 1050-036 Lisboa geral@drclvta.gov.pt Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 73 63

069 11:17 DE: CMP-DAU 351212336663 P: 0212336641 P: 8712

**MC**  
Município de Lisboa  
DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

---

2006/15-08/596/PPO/158      Inf. n.º 2346/DRCLVT/2009      C.S. 88149      P. 2

---

**1. LEGISLAÇÃO**

A presente informação fundamenta-se:

- Nas atribuições e competências do Ministério da Cultura, consignadas no Decreto-Lei n.º 215/2008, de 27 de Outubro.
- Na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (bases da política e do regime da protecção e valorização do património cultural).
- Nas atribuições e competências do IGESPAR, I.P. e da DRCLVT, consignadas no Decreto-Lei n.º 98/2007, de 29 de Março e Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, respectivamente.

---

**2. INFORMAÇÃO DE ARQUEOLOGIA**

2.1. Verifica-se em relação ao presente documento que:

2.1.1. O Plano de Pormenor dos Bacelos [doravante PPB] tem como objectivo central a qualificação urbana e ambiental do aglomerado, com base numa série de objectivos estratégicos dos quais salientamos, no que concerne ao imóvel arqueológico classificado como Monumento Nacional, as Grutas da Quinta do Anjo:

2.1.1.1. *Atribuição de coerência formal, funcional e estética à área de intervenção...criando valores qualificativos de referência, que constituam estímulo à descoberta de novos valores patrimoniais, paisagísticos e culturais;*

2.1.1.2. *Nos domínios social, económico e funcional, entre outros, actualizar e modernizar o perfil económico do aglomerado com actividades turísticas e de valorização do património cultural, arqueológico e paisagístico;*

2.1.1.3. *No domínio da estruturação urbana e paisagística, entre outros, qualificar a área do Hipogeu da Quinta do Anjo através de uma intervenção paisagística, assumindo os afloramentos rochosos como elemento dominante do conjunto arqueológico /paisagístico;*

---

Av. da Berra, 13 - 4º 1050-036 Lisboa      geral@drclvt.mc.gov.pt      Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 73 63





DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

2006/15-08/596/PP0/159

Inf. n.º2346/DRCLVT/2009

C.S. 86149

P. 3

2.1.2. Neste programa de qualificação urbana e valorização ambiental, patrimonial e turística da área do PPB os *hipogeus* classificados constituem o elemento central de um potencial programa de acção.

Neste sentido o cerne do plano centra-se na articulação de qualificação urbana com a dimensão patrimonial e arqueológica do sítio e com a dimensão ambiental e paisagística.

Nos princípios gerais da proposta pretende-se minimizar a intervenção paisagista na área dos Apogeus da Quinta do Anjo, a recentragem do espaço deste imóvel classificado, bem como salvaguardar a envolvente considerada área de excepional valor patrimonial e arqueológico que imporá igualmente estruturar e proteger de forma integrada com a envolvente, também ele marcada pela dualidade rural/urbano.

Assim o espaço de valorização patrimonial e paisagística é constituído pelas áreas adjacentes aos *hipogeus*, que são espaços de transição e articulação do tecido urbano da Quinta do Anjo com o Parque Natural da Arrábida. O PPB chama a atenção para os equipamentos agrícolas e pecuários do Casal do Pardo, em avançado estado de degradação, que comprometem o valor do monumento (prospecções geofísicas recentes apontam na direcção de outros apogeus nesta zona), o seu enquadramento e as condições de visita e divulgação patrimonial que se constitui como outro eixo fundamental do plano. Chama ainda a atenção para o objectivo da delimitação de um espaço de Valorização Patrimonial e Turística que engloba os *hipogeus* e espaços adjacentes;

Face ao exposto, e retomando as intenções motoras do próprio plano de pormenor onde não só o monumento classificado como toda a sua área adjacente estão devidamente acutelados, salvaguardados e integrados num projecto global de valorização ambiental, patrimonial e turística, no âmbito da proposta, somos de parecer que o plano deve ser aprovado tendo em conta os seguintes condicionamentos do ponto de vista arqueológico:

2009 11:18 DE: CMP-DAU 351212336663 P.:0212336641 P:10/12

**MC**  
Ministério do Ambiente  
DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

2006/15-08/506/PPO/158 Inf. n.º 2349/DRCLVT/2006 C.S. 66149 P. 4

1 - O Monumento foi escavado entre o último quartel do século XIX e a primeira década do século XX e embora posteriormente se tenham publicado alguns estudos sobre este monumento, ele não voltou a ser intervenzionado. Neste sentido, e por sugestão da DRCLVT em reunião de 29.07.2006, no local, a Câmara Municipal de Palmela, realizou uma prospecção geofísica na área das Grutas Artificiais da Quinta do Anjo com o objectivo de caracterizar o objecto patrimonial e com vista a minimizar os custos, esforços e dispendio de tempo, que exige uma intervenção arqueológica devidamente planeada.

2 - O relatório destes trabalhos arqueológicos foi devidamente analisado, conforme informação nº1307/DRCLVT/2006, constatando-se que os resultados obtidos indicavam a existência de anomalias que poderão corresponder a duas novas grutas artificiais, para além de uma outra anomalia de cariz antrópico, de formato quadrangular que poderá corresponder a uma alca. Como medida de minimização o mesmo relatório propunha a realização de escavações arqueológicas para comprovação das anomalias evidenciadas. Neste âmbito propusemos, no sentido de alargar o objecto classificado e de re-delinear uma correcta zona classificada e zona non aedificandi bem como, a partir do seu perímetro extemo, definir a zona especial de protecção, que as escavações arqueológicas fossem efectuadas com carácter de urgência, de forma a não atrasar quer a tramitação da instrução do processo de ZEP, quer todo o Plano de Pormenor que deveria ser desenvolvido já tendo em conta os novos elementos patrimoniais devidamente estudados. Este parecer obteve a concordância superior por despacho do Director do IGESPAR datado de 24.04.2006.

3 - A Câmara Municipal de Palmela parece não apresentar disponibilidade financeira imediata para efectuar esta intervenção que, em seu entender e no nosso também, deve ser uma intervenção concertada com as arqueociências nomeadamente a antropologia, uma vez que se trata de sepulcros (mesmo em enterramentos cuja prática seja a incineração as urnas deverão ser analisadas), a paleoecologia e arqueobotânica e a arqueozoologia. Seria, a este respeito, de enorme pertinência que os resultados de análises paleoecológica e arqueobotânica se constituíssem como uma base conceptual do arranjo paisagístico da zona envolvente aos sepulcros.

Av. da Berra, 13 - 4º 1050-036 Lisboa geral@drclvt.mg.gov.pt Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 73 63



11:18 DE: CNP-DAU 351212336663 P: 11:12 P: 11:12

**MC**  
Município de Cultura  
DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

2006/15-08/598/PPO/158 Inf. n.º 2348/DRCLVT/2006 C.S. 66149 P. 6

4 - Para a prossecução deste projecto concertado foi sugerida uma parceria com o IGESPAR uma vez que pertencem aos quadros desta instituição os técnicos que realizam a investigação nas áreas das arqueociências assinaladas. O projecto deve ser desenvolvido em parceria com a arqueóloga da C.M. de Palmela Dr.ª Michelle; o consultor para a arqueologia da C.M. de Palmela, Dr. Carlos Tavares da Silva; A D.R.C.L.V.T. e o IGESPAR.

5 - Toma-se fulcral a inserção de algumas medidas de âmbito arqueológico no Regulamento do Plano de Pormenor. O documento deverá ser redigido no âmbito de uma reunião com todos os parceiros acima identificados.

6 - Relativamente ao proposto no regulamento do PPB apresentado acrescentamos:

- a. 1.4 Espaço de valorização Patrimonial e Paisagística: as acções propostas - protecção, manutenção e recuperação do património arqueológico e das estruturas fundamentais da paisagem incluir igualmente - deveriam incluir o estudo no âmbito arqueológico e do conhecimento das paisagens antigas (arqueociências).
  - I. Na alínea c) Centro de Interpretação Ambiental e Arqueológica: na área de Implantação devem ser efectuadas sondagens prévias cujos resultados podem orientar ou para um estudo arqueológico prévio com escavação da área ou para o acompanhamento arqueológico, em fase de obra, consoante os resultados obtidos nas referidas sondagens.
- b. Capítulo V Património Cultural - 1. O projecto de intervenção deverá contar com uma equipa multidisciplinar e integrará obrigatoriamente as especialidades de arqueologia, paleoecologia humana e arqueociências, arquitectura e arquitectura paisagista.
- c. As normas devem incluir a obrigação de escavação/sondagens/acompanhamento arqueológicos no âmbito da intervenção do edificado existente, sempre que se efectuem obras

Av. do Bama, 13 - 4º 1050-036 Lisboa geral@drclvt.mc.gov.pt Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 75 63

A

11:19 DE: CMP-DAU 35121233663 P.:0212336641 P:12/12

**MIC**  
Município de Lisboa  
**DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO**

2006/15-08/506/PPQ/158 Inf. n.º2348/DRCLVT/2009 C.S. 68149 P. 6

com afectação do solo, nos pareceres sobre novos projectos bem como no âmbito dos arranjos paisagísticos, em acções de plantio, trasladação de árvores, modelação de terreno ou qualquer outro trabalho que implique revolvimento do solo. As medidas devem ser mais cautelosas na zona envolvente aos sepulcros bem como na zona Este / Nordeste e Sul – Sudeste, onde existe presunção de vestígios arqueológicos.

A consideração superior,

*Maria Antónia de Castro Athayde Amarel*  
Maria Antónia de Castro Athayde Amarel  
Técnica Superior/Arqueóloga

Av. de Roma, 13 - 4º 1050-036 Lisboa geral@drclvt.mg.gov.pt Tel: 21 796 37 61 / 52 Fax: 21 793 75 63



## Anexo IV.5. Registo Fotográfico Geral

|   |  |   |
|---|--|---|
|    |    |    |
| Capa – Casas Típicas  | 01 – Núcleo para demolição A   | 02 – Núcleo para demolição A  |
|    |    |    |
| 03 – Núcleo para demolição B  | 04 – Núcleo para demolição C   | 05 – Núcleo para demolição D  |
|  |  |  |
| 06 – Núcleo para demolição E  | 07 – Núcleo para demolição F   | 08 – Oc. 6, Edifício da Padaria<br>Núcleo para demolição G                            |
|  |  |  |
| 09 – Oc. 6, Chaminé industrial<br>Núcleo para demolição G                           | 10 – Núcleo para demolição H   | 11 – Núcleo para demolição I  |



|   |  |   |
|---|--|---|
|    |    |    |
| 12 – Núcleo para demolição J  | 13 – Núcleo para demolição K   | 14 – Núcleo para demolição L  |
|    |    |    |
| 15 – Núcleo para demolição M  | 16 – Núcleo para demolição N   | 17 – Núcleo para demolição O  |
|   |   |   |
| 18 – Núcleo para demolição P  | 19 – Núcleo para demolição P   | 20 – Núcleo para demolição Q  |
|  |  |  |
| 21 – Núcleo para demolição R  | 22 – Núcleo para demolição S   | 23 – Núcleo para demolição T  |
|  |  |  |
| 24 – Núcleo para demolição U  | 25 – Oc. 1 – Grutas da Quinta do Anjo  | 26 – Oc. 1 – Grutas da Quinta do Anjo (gruta mais a Este, sob a estrada existente)    |



|   |  |   |
|---|--|---|
|    |                |    |
| <p>27 – Oc. 1 – Grutas da Quinta do Anjo</p>  | <p>28 – Oc. 1 – Grutas da Quinta do Anjo (Gruta mais a Oeste, ameaçada pelo peso dos cactos)</p> | <p>29 – Oc- 3, afloramento sob construções</p>  |
|    |                |    |
| <p>30 – Oc- 3, afloramento no extremo Oeste</p>                                     | <p>31 – Oc. 4</p>  | <p>32 – Oc. 5</p>   |
|  |              |  |
| <p>33 – Zona A</p>  | <p>34 – Zona B (troço de caminho existente)</p>  | <p>35 – Zona C</p>  |
|  |              |  |
| <p>36 – Zona C</p>  | <p>37 – Zona D</p>   |   |